

Aos vinte e sete dias do mês de novembro de dois mil e catorze, pelas dezoito horas, reuniu o Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital, com a presença da maioria dos seus elementos, com exceção de Pedro Miguel Paiva, representante do pessoal não docente, e José Francisco Rolo, representante da autarquia. A reunião contou também com a presença do diretor do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital, professor Carlos Carvalheira.

O presidente cumprimentou os presentes, em especial os novos membros: Senhor Manuel Seixas, em representação dos Bombeiros Voluntários de Oliveira do Hospital; Engenheiro Rogério Prazeres, em representação da Fundação Aurélio Amaro Dinis; e Engenheiro Carlos Veiga, em representação da Escola Superior de Tecnologia e Gestão. Cedeu a palavra aos três novos elementos, os quais, em nome das instituições que representam, agradeceram os convites e declararam estar disponíveis para colaborar com o Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital (AEOH). O presidente retomou a palavra. Depois de agradecer a disponibilidade de colaboração das três entidades, solicitou à D. Margarida Claro a leitura da ata da reunião anterior do Conselho Geral, a qual foi lida e aprovada com a abstenção dos elementos ausentes na reunião anterior. Em seguida, recordou a ordem de trabalhos e, no âmbito do ponto dois – eleição do presidente do Conselho Geral —, perguntou se haveria alguém disponível para servir o AEOH enquanto presidente do Conselho Geral. Como ninguém se manifestou, o presidente Luís Torgal propôs o nome do professor Albano Dinis, considerando que ele foi diretor da Escola Secundária de Oliveira do Hospital e o anterior presidente da comissão administrativa provisória do AEOH, tendo, por isso, a seu favor, a experiência e o prestígio necessários para ocupar este lugar. Embora considerasse que o nome citado reunia, à partida, grande consenso, referiu que a escolha deveria processar-se através de voto secreto.

Tomou a palavra o professor Albano Dinis, referindo que todos os elementos deste conselho elegíveis para este cargo, e, nomeadamente, os representantes dos professores, estariam decerto disponíveis para o assumir. Mais: referiu que, pessoalmente, desejava ter, nesta altura da sua vida, maior sossego. Contudo, declarou

estar disponível, com a sua experiência, para dar o seu melhor no desempenho deste cargo, se o Conselho assim o entender.

O presidente questionou se haveria mais candidatos, não tendo obtido qualquer resposta. Passou-se então à votação, onde apenas o professor Albano Dinis foi apresentado como candidato. Este acabou por ser eleito com 15 votos, tendo o professor Luís Torgal obtido um voto. Por terem chegado atrasados, os elementos da autarquia não votaram.

O presidente felicitou o professor Albano Dinis pela sua nomeação para presidente do Conselho Geral, agradeceu o voto que lhe foi ofertado, não obstante ter ficado claro que somente o professor Albano Dinis era candidato a este cargo. E solicitou ao professor Albano Dinis que passasse a dirigir a reunião. Mas este pediu ao professor Luís Torgal que continuasse a conduzir a reunião, uma vez que tinha sido ele a prepará-la e a dirigi-la até esse momento.

Relativamente ao ponto três da ordem de trabalhos – ratificação da revisão do *Regulamento Interno* (RI) aprovada em Conselho Pedagógico —, o presidente passou a palavra ao Diretor do Agrupamento, professor Carlos Carvalheira, que saudou todos os elementos presentes com estima e consideração. Felicitou o professor Albano Dinis pelas suas novas funções. Cumprimentou os novos elementos cooptados, considerando que a colaboração e as parcerias que vierem a fazer-se com estas e outras entidades irão certamente contribuir para uma escola de excelência. Elogiou o trabalho correto, fantástico, tranquilo e organizado desenvolvido pelo professor Luís Torgal, considerando que a presidência do Conselho Geral ficaria sempre bem entregue, quer ao professor Albano Dinis, quer ao professor Luís Torgal. Declarou que este era um marco histórico, pois o Conselho Geral do AEOH estava agora integralmente constituído.

Quando ao *Regulamento Interno*, o diretor recordou que este documento havia sido já aprovado na generalidade pelo Conselho Geral Transitório, mas que, no início deste ano letivo, foi objeto de uma revisão e atualização efetuada pelos departamentos, grupos disciplinares, conselho de docentes e o conselho pedagógico da escola, que respeitaram a legislação em vigor, mas também se orientaram por questões de ordem pedagógica. Elogiou o professor Artur Abreu, que introduziu as alterações no documento e que estará, doravante, atento à nova legislação entretanto publicada que obrigue à sua revisão. Em seguida, o diretor leu e justificou todas as alterações. O conselho geral aprovou as novas atualizações no *RI*, mas levantou algumas questões nos seguintes pontos: artigo 45.º, ponto 6, carga horária destinada ao exercício do cargo de

coordenador – o diretor referiu que, no próximo ano letivo, deverá ser repensada a distribuição desta carga horária aos coordenadores, a qual deverá ser calculada em função do número de professores que tem cada departamento; artigo 90.º, alínea 1, a representante do pessoal não docente, Anabela Rodrigues, alertou para o facto de, nas situações evocadas nesta alínea, demasiadas crianças do ensino pré-escolar poderem ficar ao cuidado de apenas uma assistente operacional, considerando que esta situação não é correta e viável. A vereadora Graça Silva esclareceu que o número de funcionários está de acordo com a legislação. A este propósito, a mesma assistente operacional, Anabela Rodrigues, referiu ainda que existem casos de assistentes operacionais convocadas para efetuar estas funções sem terem qualquer experiência de trabalho com crianças tão pequenas. O arquiteto Carlos Veiga indagou se não seria realmente preocupante um grupo grande de crianças tão pequenas ficarem ao cuidado de apenas um adulto. Perguntou se não seria pertinente o *RI* prever para prover este problema, de modo a evitar um eventual acidente no futuro. A vereadora Graça Silva esclareceu que este problema não se coloca neste concelho, porque há poucos jardins-de-infância com muitas crianças. Disse ainda que nestes estabelecimentos educativos cumpre funções apenas uma funcionária somente durante as atividades de animação e apoio à família, as quais coincidem com uma altura do dia em que já não se encontram neste espaço educativo todas as crianças. A mesma vereadora aproveitou para esclarecer que o concelho ainda tem muitos estabelecimentos do ensino pré-escolar disseminados, sendo, por isso, necessárias muitas assistentes operacionais. Acrescentou, também, que este problema não se coloca nas freguesias onde existem centros escolares, como é o caso de Nogueira do Cravo.

Tomou a palavra o representante dos Encarregados de Educação, Rui Almeida, informando que decorreu, na passada semana, uma reunião com todas as associações de pais do concelho, estando também presente o diretor do AEOH, onde foi analisada a indisciplina na escola e as formas de atuação para prever e aplacar este problema no ensino básico. Neste encontro foi constatado que existem situações problemáticas de indisciplina no 2.º e 3.º ciclos do ensino básico. O professor Rui Almeida considerou ser importante que os professores do 1.º ciclo valorizassem, porventura, mais estes problemas e que interviessem mais cedo, no sentido de os combater a montante. O professor Luís Torgal subscreveu estas palavras, alertando para o facto de existirem cada vez mais alunos a chegarem ao 3.º ciclo que, aparentemente, desconhecem ou recusam cumprir regras absolutamente elementares dentro da sala de aula. O Vereador

Nuno Ribeiro referiu que existe um salto muito grande do 1.º para o 2.º ciclo. Se no 1.º ciclo existe um só professor que acompanha a evolução dos alunos, isso já não acontece no 2.º ciclo, e por isso os alunos sentem que ninguém é responsável por eles. Por outro lado, este vereador, também referiu que os pais e encarregados de educação acompanham mais os seus educandos durante o 1.º ciclo. A professora Luísa Correia considerou que os problemas da indisciplina na escola começam mesmo no 1.º ciclo, acreditando que, em alguns casos, existe uma tendência para desvalorizar e desculpar esses problemas, por estes serem protagonizados por crianças. O professor Rui Almeida referiu que estes problemas se agravam e criam mesmo uma sensação de impunidade. A professora Fátima Figueiredo referiu que, enquanto docente do 1.º ciclo, já se confrontou com situações problemáticas e tentou reagir e tomar medidas para as combater. O representante da ESTGOH confessou não conhecer a realidade do 1.º ciclo, referiu, todavia, fazer-lhe alguma impressão que se apliquem processos disciplinares a crianças de 6 anos. Sugeriu que estas situações deveriam ser analisadas com o apoio da CPCJ e dos psicólogos da escola. Alguns professores esclareceram que é esse o procedimento habitual, ainda que ele seja muitas vezes insuficiente para resolver os problemas. A professora Susana Martins referiu que no 1.º ciclo se evita aplicar as medidas mais gravosas para os alunos, embora já tenha acontecido até mesmo a suspensão por um determinado número de dias, atendendo à gravidade da situação e ao facto de todas as medidas anteriormente aplicadas não terem surtido efeito. No entanto, esta professora disse ainda que concorda que deverá haver mais rigor na aplicação do que está previsto no *RI*. A engenheira Ana Álvaro considerou que, nos casos de emergirem situações de indisciplina, é necessário fazer cumprir os regulamentos legais previstos para as estancar. O Diretor informou que, no próximo dia 18 de dezembro, haverá uma reunião/colóquio com o Procurador do Ministério Público, com o propósito de este transmitir informações relativamente aos procedimentos a tomar pelos professores, em casos de indisciplina. O professor Rui Almeida considerou que, nos casos mais graves de indisciplina, tem de haver uma intervenção imediata dos professores que deve envolver a CPCJ e as famílias dos alunos implicados. O professor Luís Torgal referiu que existem muitos alunos do 7.º ano, cujos pais se sentem impotentes para os educar e controlar. Ou então estão ausentes porque se encontram longe de casa, a trabalhar no estrangeiro ou noutras regiões do país, deixando muitas vezes os seus filhos numa situação de autogestão. E esta situação tem vindo a agravar-se com a crise económica e financeira. O professor Albano Dinis alertou para o facto de

haver pais que vêm pedir ajuda à escola. Este debate foi, entretanto, fechado, tendo o professor Luís Torgal referido que este conselho geral tem legitimidade para discutir estes e outros assuntos, não devendo ser apenas um órgão com a missão de despachar os assuntos numa lógica meramente burocrática.

Foi, depois, debatido o artigo 126.º do RI – «Quadros de excelência». O arquiteto Carlos Veiga referiu não concordar com o facto de um aluno com 4,5 de média não poder estar no quadro de excelência, por ter um nível 3. Considerou que se este quadro é importante, devia ser alargado ao maior número de alunos possível, inclusive do 1.º, 2.º e 3.º anos, podendo ser esta uma boa forma de combater a indisciplina. O Diretor sustentou que nesta matéria nunca haverá opiniões consensuais. Lembrou que o objetivo dos quadros de excelência é premiar alunos que se diferenciem em termos académicos, elevar as ambições dos alunos para que estes lutem para obter as melhores classificações possíveis. Após algum debate, o presidente sugeriu que se levasse ao conselho pedagógico a seguinte proposta: «Nos 2.º e 3.º ciclos é necessária, como critério de reconhecimento de excelência, a obtenção de uma média mínima acima de 4,50 valores, considerando todas as disciplinas a que o aluno se encontra matriculado, não se admitindo a obtenção de um nível inferior a “três” a qualquer área ou disciplina». O diretor esclareceu que será criado apenas um quadro de honra para todo o AEOH.

As restantes alterações ao RI foram aprovadas sem suscitar qualquer debate.

No âmbito do ponto quatro da ordem de trabalhos – Proposta de ratificação dos horários de funcionamento das escolas do 1.º ciclo —, o Diretor esclareceu que o Despacho Normativo 12591/2006 regula a escola a tempo inteiro, entre as 9h00 e as 17h30. Existem, porém, problemas já levantados em anos anteriores, relacionados com os condicionalismos dos transportes escolares, que impossibilitam que as escolas da Cordinha, Ponte das Três Entradas e Nogueira do Cravo possam cumprir esse normativo. O conselho geral tem que dar parecer para que essas escolas possam funcionar, à semelhança de anos anteriores. Nesta matéria, o conselho geral aprovou as práticas instituídas pela direção do AEOH e deu parecer positivo aos horários de funcionamento nas referidas escolas do 1.º ciclo.

No último ponto da ordem de trabalhos, o diretor agradeceu o convite para participar na reunião organizada pela Associação de Pais com o desiderato de debater a questão da indisciplina. Reconheceu existirem situações complicadas que resultam de graves desestruturações de algumas famílias, que não conseguem impor a sua

autoridade aos seus educandos. Mas, referiu também que o AEOH está atento a este problema.

Tomou a palavra a vereadora Graça Silva. Pediu desculpa pelo atraso, referiu ter ficado satisfeita com a eleição para presidente do Conselho Geral do professor Albano Dinis, que disse ser um professor que conhece muito bem este agrupamento. Mais: declarou que o seu voto também seria para este professor, que desempenhou já vários cargos relevantes nos estabelecimentos escolares do concelho. Em seguida fez uma breve exposição sobre as diversas atividades dinamizadas pela CMOH: «Dia nacional do Pijama», que angariou 2361.91€ euros para ajudar crianças necessitadas e contou com a colaboração massiva das IPSS concelhias; comunicações «Cartas portuguesas de Soror Mariana Alcoforado (ou não?)» efetuadas pelo professor Nuno Teixeira na sessão de abertura da universidade sénior e em data posterior na biblioteca municipal de Oliveira do Hospital. Lançou um repto para que o AEOH convide o autor do livro «A nossa história, os pedreiros e o seu verbo de segredos» para participar no seu «Clube de rádio» e possa intervir em ações de divulgação deste dialeto concelhio, ações essas que poderiam acontecer no espaço das salas de aula. Lançou, por isso, o desafio aos professores do Departamento de Línguas, para abraçar este projeto e trabalhá-lo ao nível do ensino/ano escolar que estes docentes considerarem o mais adequado. Informou que irá decorrer, no próximo dia 28 de dezembro, uma reunião do conselho municipal da educação, para a qual convidou a presidente da Associação de Estudantes do AEOH.

A representante da Associação de Pais e encarregados de educação, engenheira Ana Álvaro, referiu que foi enviada à DGesTE uma moção para contratar mais professores de educação especial e psicólogos, subscrita por todas as associações de pais e encarregados de educação do concelho, e que, contou com o apoio da CMOH. A este propósito, o Diretor informou que poderá haver a possibilidade de a escola contratar mais um professor de educação especial. E agradeceu o trabalho desenvolvido neste âmbito pela associação de pais.

O Vereador Nuno Ribeiro pediu desculpa pelo atraso e deu também os parabéns ao professor Albano Dinis, com quem tem projetos em comum, pela sua eleição. Apresentou as desculpas, em nome do Vereador José Francisco Rolo, por este não ter podido comparecer nesta reunião, pelo facto de se encontrar ainda numa reunião a decorrer com elementos da CPCJ. E aproveitou para divulgar as atividades da CMOH, no âmbito do desporto Nomeadamente, destacou o ciclo de conferências «Desporto em

debate», que deverá decorrer na Casa da Cultura, no próximo dia 5 de dezembro, a partir das 21h.

Tomou a palavra o professor Albano Dinis, agradecendo a confiança que lhe foi dada pelos membros deste Conselho e declarando que irá fazer o melhor trabalho que souber e puder. Disse ainda ter algumas questões que gostaria de colocar na agenda deste conselho, nomeadamente: a criação de uma comissão permanente para acompanhar e agilizar a resolução de determinadas questões; e um debate sobre a possibilidade de esta escola se candidatar a um contrato de autonomia.

O Diretor considerou estas medidas muito importantes para o futuro do Agrupamento.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, da qual foi lavrada ata, que após lida foi aprovada em minuta, sendo assinada pelo respetivo presidente e secretária.

O presidente da reunião

---

(Albano Dinis)

A secretária

---

(Margarida Claro)